

RESENHA

VEYNE, PAUL. PALMYRA: REQUIEM FÜR EINE STADT. MÜNCHEN. C.H. BECK VERLAG, 2016, 127P. ISBN 978-3-406-69237-6.

Jorge Steimback Barbosa Junior¹

A cidade de Palmira, localizada na Síria, foi ocupada por militantes do grupo extremista conhecido como “Estado Islâmico” em 2015 e, desde a entrada das tropas na cidade, as notícias que vêm abismando a comunidade internacional de historiadores e arqueólogos dizem respeito a uma política consciente de destruição de patrimônio cultural da humanidade –a exemplo do templo de Baal, do anfiteatro e do Tetrápylon explodidos no período em que a cidade permaneceu sob o controle do grupo. Semelhante desrespeito se verifica também em relação à vida humana, como mostrou o assassinato do arqueólogo Khaled al-Asaad, responsável pelo Departamento de Antiguidades daquela cidade, então com 82 anos, decapitado ao ter se negado, sob interrogatório e provável tortura, a revelar o paradeiro de peças escondidas antes da entrada dos rebeldes na cidade.

A mensagem ao Ocidente parecia ser clara: “não jogamos por suas regras; não reconhecemos *sua* história como sendo *nossa*”. Estabelecia-se uma dinâmica cruel em que a busca pelo estabelecimento de uma identidade implicava o aniquilamento do passado, reclamado pela alteridade. Neste sentido, o livro mais recente de Paul Veyne é um lançamento oportuno e – de certa forma – militante, na medida em que procura reconstruir um passado no qual a cidade da província romana da Síria se situava em um “lugar de fronteira”, a meio caminho (geográfica, econômica e culturalmente) entre “Oriente” e “Ocidente” – termos que, sabemos, são em grande medida cristalização de construções retóricas – e, sobretudo, chama atenção para a cidade como espaço de convivências e hibridizações culturais, sem excluir a dimensão do conflito.

O livro contém várias ilustrações e sua prosa é por vezes detalhadamente descritiva, dando ao leitor elementos para construir uma imagem mental dos locais e pessoas referidos – escolha que se justifica, obviamente, por uma tentativa de preservação ou fixação pela escrita de dados que já não podem (ou

¹ Mestrando em História Social pela UFRJ

ainda estão sob risco de não poder em um futuro próximo) serem apreendidos pelos sentidos.

Trata-se de um livro curto e com prosa ágil voltado, em alguma medida, para a comunidade acadêmica, mas que pretende sobretudo atingir o grande público –daí que exista um esforço em controlar o uso de aparatos eruditos de legitimação da narrativa, como as notas de rodapé e demais dispositivos de referência.

A obra se divide em doze capítulos que versam desde as atividades econômicas praticadas na cidade à arte (especial destaque é dado à arquitetura e, sobretudo, à escultura de bustos), com dois capítulos dedicados à religião.

Como dito acima, a hibridização cultural é a chave de análise preferida na obra, a partir de três eixos principais que são o comércio, as identidades político-culturais e a religiosidade. Neste sentido, logo ao final do primeiro capítulo, Veyne estabelece uma comparação com a Veneza medieval e renascentista que poderia ser como que estendida ao restante da obra: ambas seriam “repúblicas de mercadores”² (outra chave de análise importante, como detalharei abaixo), lugares de fronteiras, eles mesmos “cultivados” e “civilizados”, mas mesmo assim perigosamente próximos do “não civilizado” (as tribos nômades, no caso de Palmira, figuras nas quais por excelência o Ocidente Medieval projeta suas angústias, como o corria com os otomanos no caso de Veneza) e da alteridade (o Império Persa, no caso da cidade síria; o bizantino, no caso de Veneza). Este peculiar lugar é o que teria levado um soldado de guarnição romana ou bizantina, num exemplo citado por Veyne, a deixar gravado sobre uma pedra que os sírios são um *kakon genos*.

A atividade comercial é destacada como uma das causas motoras desta hibridização: a cidade é como que inflamada por um ímpeto “capitalista”³ que, ao mesmo tempo, conjuga o investimento das elites locais ao tipo do “homem-forte”, ademais de “investidor-comerciante”, um guerreiro, cavaleiro, homem curtido pelas intempéries e que muitas vezes toma ele mesmo parte em seu arriscado empreendimento. Assim, destaca-se a importância do local para os intercâmbios comerciais na rota da seda, onde produtos como o trigo, o azeite e o vinho (e também o vidro sírio) são trocados pela seda, pelo incenso e a mirra, bem como

² *Handelstadt*, no original.

³ A tradução alemã usa o termo *Kapitalist* sem as aspas.

especiarias e marfim. Tais trocas foram arqueologicamente comprovadas pela presença de seda junto aos restos mortais de um cadáver da região, considerando que em época imperial os cadáveres eram normalmente mumificados.

Tais viagens funcionariam como uma espécie de “janela” para o conhecimento de outras culturas, de forma que Veyne estima que, por exemplo, fosse conhecida em Roma a existência da muralha da China. As viagens não se limitam às longas expedições das caravanas, que poderiam durar até vários anos, mas incluíam as viagens por mar, as “maiores aventuras”, em que os habitantes daquela província buscavam lançar-se ao Mar Vermelho de forma a fazer concorrência aos comerciantes egípcios. Charax destacar-se-ia como ponto de convergência de pessoas de procedências diversas, tornando-se quase um pequeno reino.

Veyne menciona a composição social da cidade: dividida em quatro tribos nomeadas de acordo com a ancestralidade, sendo reconhecido a cada tribo o direito de cultuar seus próprios deuses, que coexistem pacificamente com os das demais tribos mesmo quando estas entram em conflito entre si – como, a propósito, era praxe na prática religiosa imperial.

Ao discutir a helenização, o autor lembra que o homem antigo não seria atravessado pelos conflitos de consciência derivados de pertencimentos de corte nacional, o que o tornava mais “permeável” culturalmente. As culturas circulariam livremente num mundo conectado pelas redes estabelecidas pelo Império Romano e poderiam ser apropriadas. Cita, a este propósito, um aforismo de Nietzsche, no qual o alemão se maravilhava com a energia com a qual os romanos se empenharam em fazer da cultura grega a sua própria. Neste sentido, considerando o contexto da parte oriental do Império, onde o grego era o idioma das relações internacionais, Veyne caracteriza o Helenismo como uma espécie de “cultura mundial”,⁴ que deixa marcas em todos os povos e cujo prestígio a partir dos sucessores de Alexandre garante que seja o modelo e o espelho no qual se miram outros povos na construção de identidades (dialéticas) próprias e múltiplas. Com uma definição feliz, o autor afirma: “helenizar-se, ou seja,

⁴ *Weltkultur*, no original.

continuar sendo quem se é e ao mesmo tempo encontrar a si mesmo; ou seja, modernizar-se”.⁵

As elites locais aderem a esta helenização, assim como aderem ao Império, como o francês argumenta a partir de dados epigráficos em que títulos romanos como o de *duumvir* ou o de edil figuravam relacionados a nomes aramaicos. Assim, infere que as elites locais não apenas têm uma adesão ao projeto imperial como se orgulham de pertencer *simultaneamente* a suas culturas locais e às redes de poder do Império: não se tratam de duas formas de pertencimentos “nacionais” excludentes, mas de identidades que se forjam no contato.

Assim, o episódio de Zenóbia é estudado no oitavo capítulo menos como uma “revolta anti-imperial” e mais sob a ótica de uma integração que se crê tão bem sucedida que espera poder reclamar o poder na metrópole, apoiado por outras cidades do Oriente helenizado (uma hipótese interessantemente original que é semeada mas que, para ser bem fundamentada e desenvolvida, requereria um livro inteiro). No nono capítulo, mais uma vez, se analisa o pertencimento imperial como uma forma de identidade que não implica um conflito com a identidade “étnica”, na medida em que a adesão à ideologia do império faz com que os palmirenses se pensem como partes de um “nós” imperial em contraposição a um “outro”.

No que se refere aos idiomas, reina também a pluralidade: fala-se aramaico e compreende-se o grego, as elites participam de uma comunidade internacional helenizada, como tantas vezes já dissemos, e Veyne traz a partir de fontes de cultura material o interessante dado de que os filhos das elites locais fossem educados no grego a partir das fábulas de Esopo.

Uma terceira via de acesso às identidades híbridas em Palmira é, como dissemos, a via da religiosidade. Baal, a princípio um deus primordial que dá forma ao caos marinho, transforma-se, primeiro, em um deus dos fenômenos meteorológicos e, depois, como se num alargamento de suas esferas de poder, de toda a parte superior da esfera celeste. Em uma das representações contidas no templo de Baal, o deus era ladeado por duas outras divindades semelhantes a si,

⁵ “*Sich 'hellenisieren', das hieß, sich selbst treu zu bleiben und zugleich sein Selbst zu finden; es hieß, zu modernisieren*”. (Veyne, 2016, p. 50)

uma portando símbolo lunar e a outra um signo solar. O nome de uma das tribos de Palmira é derivado do nome do deus, trata-se dos “beni Metabol”.

Aponta Veyne que, no esteio do estabelecimento de uma devoção que visava uniformizar os membros do Império sob o culto a uma divindade comum, ocorrido já próximo à cristianização do Império, a figura de Baal acaba se confundindo com a do Sol,⁶ que, por sua vez, é uma espécie de imagem celeste da pessoa do imperador.

Palmyra: Requiem für eine Stadt [*Palmyre: L'irremplaçable trésor*, no original, ainda sem tradução para o português], é, em suma, um livro que, através de um estudo histórico a partir de diferentes aspectos da sociedade de Palmira no Período Imperial, constitui uma resposta para os atos extremistas lá acontecidos em 2015: aponta para a fluidez e a negociação de identidades e para diferentes possibilidades de apropriação passado.

⁶ Sobre o Sol como elemento mais que apropriado para uma certa uniformização da ideologia religiosa, Veyne comenta: “não tinha biografia mitológica e não era antropomorfo, assim como não tinha um nome próprio como os homens: era como era, o Sol, divindade material e metafísica”.